



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

**Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis**

Cintia Oliveira Freitas

**O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO CPC37- ADOÇÃO INICIAL
DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:**

Análise no segmento de construção civil

**Belo Horizonte
2015**

Cintia Oliveira Freitas

**O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO CPC37- ADOÇÃO INICIAL
DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:
Análise no segmento de construção civil**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Adalberto Gonçalves Pereira

Área 1: Contabilidade Societária /Financeira

**Belo Horizonte
2015**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

**O NÍVEL DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO CPC37- ADOÇÃO INICIAL
DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:
Análise no segmento de construção civil**

RESUMO DAS AVALIAÇÕES:

- | | |
|----------------------------|-------|
| 1. Do professor orientador | _____ |
| 2. Da apresentação oral | _____ |
| 3. Nota final | _____ |
| Conceito | _____ |

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por mais esta conquista.

Aos meus pais Josenaide Santos Freitas e Valdir de Freitas pelo apoio, incentivo e amor incondicional.

As minhas irmãs Larissa e Stephanie e amigos (as), em especial ao Senir, que estiveram ao meu lado com atenção e paciência nesta caminhada.

Aos Professores da PUC Minas, por contribuírem e compartilharem seus conhecimentos.

Ao meu orientador Adalberto Pereira Gonçalves que com todo seu empenho, esforço, carinho e sua forma singular de trabalho, me conduziu com excelência na realização desta pesquisa.

A todos deixo o meu eterno agradecimento por terem colaborado de alguma forma para tornar meu sonho em realidade!

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o nível de cumprimento de uma determinada amostra em relação ao CPC 37. Para alcançar tal objetivo se foi necessário levantar dados do segmento em foco, mostrar a relevância da harmonização contábil, identificar e caracterizar os órgãos reguladores que formalizam as normas internacionais de contabilidade, apresentar informações gerais das normas contábeis, explicar o pronunciamento Contábil CPC 37, descrever as características da IFRS e os obstáculos encontrados para a sua aplicação, elaborar um *checklist* com as exigências do CPC 37, sendo assim após a apresentação dos dados foi possível realizar uma análise dos requisitos propostos, podendo analisar o grau de adaptação à norma, mesmo o percentual de adoção ser consideravelmente alto o resultado encontrado neste estudo foi insatisfatório, uma vez que as exigências deveriam estar sendo cumpridas em cem por cento, por se tratar de uma norma imposta em 2010. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, onde se fez necessário a leitura de pronunciamentos contábeis, sites, artigos científicos, leis e livros, também foi realizada uma pesquisa documental por meio de demonstrações contábeis das empresas estudadas.

Palavras-chave: Construção Civil, Normas Internacionais, CPC 37, Exigências.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Identificação da Amostra - CIA de Capital aberto.....	29
Quadro 2. Dados financeiros do exercício de 2014.....	30
Quadro 3. Segmento de Mercado	30
Quadro 4. <i>Checklist</i> com as exigências do CPC 37	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Relação do número de requisitos com as exigências do CPC 37 analisado na amostra	41
---	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Classificação das Exigências	40
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BMFBOVESPA - Bolsa de Mercadorias e Futuros e Bolsa de Valores de São Paulo

CPC - Comitê de Pronunciamento Contábil

CAGED - Cadastro Geral de Empregado e Desempregado

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

IASB - International Accounting Standards Board

IAS - International Accounting Standards

IASC - International Accounting Standards Committee

FASB - Financial Accounting Standard Board

IFRS - International Financial Reporting Standards

CMN - Conselho Monetário Nacional

BACEN - Banco Central do Brasil

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

NBC - Normas Brasileiras de Contabilidade

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

RTT - Regime Tributário de Transição

S/A - Sociedades Anônimas

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

IFRIC - International Financial Reporting Interpretations Committee

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA	10
1.2 Metodologia de Pesquisa	11
1.2.1 Classificação da Pesquisa	11
1.2.2 Amostra e Coleta de dados	13
1.2.3 Técnica de Análise de Dados	14
1.3 Estrutura do Trabalho	14
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 O segmento da Construção Civil	15
2.2 Harmonização Contábil	16
2.3 Órgãos Reguladores Internacionais e Nacionais	17
2.4 Normas Contábeis	19
2.4.1 Criação das normas internacionais de harmonização contábil	20
2.4.2 Obstáculos do processo de harmonização contábil	21
2.5 International Financial Reporting Standards 1 -IFRS 1	22
2.6 CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	24
2.7 Pesquisas anteriores	26
2.7.1 Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos	26
3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA	29
4 ELABORAÇÃO DO CHECKLIST	31
5 ANÁLISE	33
5.1 Considerações Finais	41
6 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	44

1 INTRODUÇÃO

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA

Os valores culturais, os costumes históricos, as diretrizes políticas, econômicas e sociais acabam causando consequências nas práticas contábeis de um país e o desempenho destas podem estar vinculados ao grau de desenvolvimento econômico de cada nação. Os destacáveis agentes econômicos buscam a área contábil para conseguir informações empresariais sobre as variáveis que podem obter ao fazer um investimento. Com isto os investidores sempre solicitam os relatórios contábeis para calcular a rentabilidade que seu negócio pode gerar. Nos tempos atuais, a contabilidade passa a conter informações preciosas para um processo decisório em nível internacional. Com a falta de sincronia de informações foi necessário criar uma norma de harmonização internacional que juntasse todos os modos de contabilização global em uma só, para uma melhor visualização aos usuários. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2007).

O tema abordado pelo presente trabalho foi: A Adoção das normas de harmonização contábeis ditadas pelo CPC37- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

Diante disto foi atribuído o seguinte título: "O nível de cumprimento das exigências do CPC37- Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - Análise no segmento de construção civil".

A problemática foi formulada com o intuito de descobrir "Qual nível de adequação da aplicação do CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade nas empresas estudadas?".

Identificar qual o nível de cumprimento do CPC 37 pelas empresas focadas foi o objetivo geral traçado para a pesquisa.

Os objetivos específicos foram:

- Identificar o segmento da construção civil;
- Relevância da harmonização contábil;
- Identificar os órgãos reguladores;
- Introduzir as normas contábeis;

- Explicar o pronunciamento, CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade;
- Elaborar um checklist para verificação das conformidades e
- Analisar os dados das informações levantadas.

A compreensão da norma e a conformidade de sua aplicação justificam a realização desta pesquisa.

A relevância deste estudo esta ligada ao maior entendimento da atual posição das empresas de construção civil perante a adoção inicial das normas internacionais de contabilidade. A partir disto foi evidenciado em qual aspecto este segmento encontra maior dificuldade de aplicação.

O estudo delimitou-se aos relatórios contábeis do exercício encerrado em 2014, em um conjunto de empresas previamente selecionadas.

1.2 Metodologia de Pesquisa

Após a formulação do problema e delimitação do período foi possível definir a metodologia a ser empregada. A metodologia interage com os objetivos, tanto com o objetivo geral quanto com os específicos e a origem do projeto (SILVA,2003,P.59).

1.2.1 Classificação da Pesquisa

As pesquisas são divididas em três vertentes:

Segundo DIEHL e TATIM (2004, p.52) a pesquisa exploratória tem como objetivo tornar a problemática mais conhecida, através de informações que transmitam clareza ou com a criação de hipótese. Em grande parte dos estudos se aplica o levantamento bibliográfico, a execução de entrevistas com cidadão que possuem vivencia ou já vivenciou com o fato estudado e a averiguação de exemplos que ajude na compreensão.

Para Bertucci (2012, p. 49, *aput* Gil) a pesquisa explicativa tem por principal objetivo encontrar as variáveis que tem causam consequência ou agrava as características de algum fenômeno. A pesquisa explicativa é a que fornece um conhecimento mais detalhado, pois nela se descreve a razão e o porquê dos fatos, por isto tem mais utilidade na área administrativa.

De acordo com relatos de Figueiredo e Souza (2011, p.102) a pesquisa descritiva se baseia na investigação empírica, onde o principal objetivo é averiguação dos fatos ou fenômenos. Tem por característica encontrar a quantidade de vezes que os fatos ocorrem, os assuntos relacionados, sua origem e características.

Após a exposição das três classificações de pesquisa, afirma-se que o estudo é descritivo, pois foi realizada uma análise nos documentos contábeis, onde foram analisadas as empresas focadas e se elas se adequaram integralmente à norma.

Foi exposto no livro Marconi e Lakatos (2007, p.52) que a abordagem quantitativa tem por objetivo analisar a grandeza ou quantidade dos fatores existentes em um fato. É caracterizado pela utilização de números para um melhor entendimento do ocorrido.

O termo qualitativo pode demonstrar os detalhes de determinado problema e a interferência de algumas variáveis, tais como entender e classificar as atividades dinâmicas presenciadas por certo grupo de indivíduos, fazer melhorias ao processo alteração de determinado grupo e viabilizar com o todos os detalhes possíveis para que haja total compreensão as pessoas (DIEHL E TATIM, 2004, p. 52).

Diante disto o estudo se enquadrou no quali-quantitativo, pois utilizou da análise de dados obtidos e uma comparação de resultados de uma amostra.

De acordo com Bertucci (2012, P.57) o procedimento de pesquisa documental baseia-se no trabalho monográfico, onde o as ferramentas de pesquisa são os documentos que estão disponíveis no determinado período, para que seja possível realizar a leitura, a análise e a interpretação das informações. Esses dados podem encontrados em livros, documentos de época, foto, gravação, entre outros.

Segundo Barros e Lehfel'd (2007, p. 112, *aput* Chizotti) o estudo de caso se enquadra na espécie de estudo de ciências sociais, pois este visa realizar coleta e registro de dados sobre os casos envolvidos, para que se possa emitir relatórios críticos, organizados e avaliados, com isto viabilizam a tomada de decisão e a manifestação o foco da investigação. Este estudo só pode ser realizado com um individuo mais acentuado no meio em questão.

Diehl e Tatim (2004, p. 60) relatam que a pesquisa de levantamento também conhecido como *Survey* refere-se à problemática direta de uma sociedade perante determinado fato que se deseja conhecer melhor. Essencialmente se origina por

requisição de um grupo com um numero considerável de pessoas em prol do saber de um problema, para que por meio de uma análise quantitativa possa se adquirir conclusões similares às informações adquiridas. O Censo é encontrado quando o levantamento de dados de todos integrantes já foram obtidos. Para uma investigação social é de extrema importância que seja realizada uma pesquisa de levantamento, pois assim se terão informações mais precisa da população.

O conjunto de bibliografia pública de um determinado assunto compõe a pesquisa bibliográfica, a ferramenta deste procedimento pode ser por escrito, por áudio ou audiovisual. O seu objetivo é proporcionar ao pesquisador conhecimento do todos os aspectos já estudados até o momento, assim diz Marconi (2009, p.71).

Diante dos procedimentos apresentados o presente estudo classificou-se como pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, pois através das demonstrações contábeis apresentados pelas empresas foi possível detectar a atual posição do ramo da engenharia diante das normas internacionais de harmonizações contábeis, isso se tornou possível porque foram utilizados da pesquisa bibliográfica por meio de livros, artigos científicos, sites e documentos contábeis.

1.2.2 Amostra e Coleta de dados

A amostra apresentada nesse trabalho foi a não probabilística intencional, pelo fato da pesquisa ser direcionada ao universo da Construção civil, tendo seu período determinado ao exercício de 2014, tornando possível a análise da desenvoltura contábil deste segmento.

A amostra probabilística caracteriza-se por sua capacidade de ser influenciada pela estatística, assim sendo viável compensar erros amostrais e outros aspectos importantes para a consistência da amostra (MARCONI, 2007, P.42).

A amostra não probabilística não utiliza da seleção aleatória, as amostras podem ser selecionadas intencionalmente, o pesquisador deve escolher determinados elementos, levando em consideração características predominante da população que anseia pesquisar. Mesmo este tipo de amostra ter elevado nível de limitação, se tratando de a um resultado global, ele pode ser uma boa opção. (DIEHL; TATIM, 2004, p. 65).

1.2.3 Técnica de Análise de Dados

A análise escolhida foi a estatística descritiva, pois foi feita uma leitura interpretativa dos dados das instituições de construção civil de capital aberto durante o ano de 2014, que seguem as normas internacionais, assim foi possível elaborar termos percentuais expedidos em tabelas, planilhas e dados.

A análise Descritiva se fundamenta em detalhar e apresentar os dados principais do fenômeno. Por meio dos artifícios da estatística descritiva será viável elaborar planilhas, tabelas e gráficos. Este tipo de análise irá definir formas que darão uma melhor compreensão aos fatos (DIEHL; TATIM 2004, p. 70).

1.3 Estrutura do Trabalho

O presente trabalho foi estruturado da seguinte maneira:

Inicialmente foi elaborada a introdução que evidenciou primeiramente: o tema, o título, a problemática, os objetivos gerais e específicos, a justificativa e a relevância do estudo, na sequência foi exposto a metodologia e a estrutura do trabalho.

Logo em seguida foi apresentado o referencial teórico com informações relevantes para a compreensão e coerência do estudo.

Para a continuidade do trabalho se fez necessário a identificação das características da amostra, contendo breves informações financeiras, ecológicas e políticas.

Ademais foi realizado um levantamento de checklist contendo as exigências do CPC 37 baseado neste foi analisado as informações contábeis de um determinado segmento verificando se estes estão cumprindo totalmente, parcialmente ou não estão cumprindo os quesitos traçados por este pronunciamento no exercício de 2014.

Na finalização do trabalho esta a conclusão do estudo, a resposta para a problemática e a verificação do cumprimento dos objetivos tanto o geral quanto os específicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Segmento da Construção Civil

É caracterizado como obra de construção civil ação de demolição, reforma, ampliação de edificação, entre outras atividades que interfiram na alteração do solo ou ao subsolo.(Receita Federal do Brasil, 2015).

De acordo com Ferreira e Theóphilo (2007. p.49) a Construção civil se enquadra em uma unidade pequena da seção econômica em que a processamento do produto até o recebimento deste, necessita mais que um exercício social.

Este segmento tem seu mercado interno altamente influenciado pelo crescimento da economia no geral, sendo o investimento o principal fator de ligação entre eles. O crescimento deste setor veio no mesmo momento em que o país apresentou um ligeiro desenvolvimento econômico, isto aconteceu entre os anos de 1950 a 1980, a partir daí não houve crescimento de longa duração e somente no ano de 2004 que ocorreu uma relevante recuperação do segmento (ABIKO, *et al.*, 2005).

Segundo os economistas Furletti e Vasconcelos a queda do Produto Interno Bruto (PIB) da Construção de Minas Gerais iniciou sua queda em 2014 em 4,9%, e continuou no ano de 2015 gerando uma expectativa negativa para o fim do ano. Em decorrência das informações disponibilizadas pela Fundação João Pinheiro o PIB não será favorável a nenhuma base de comparação deste ramo.

A redução desta variável gera resultantes que afetam o desajuste na externalidade do setor. Com os agregados do preço que arbitram a construção faz com que os investidores fiquem mais receosos, assim prejudicando o desenvolvimento setorial, causando consequências diretamente na construção. A conexão com os agentes econômicos é de fundamental importância para o crescimento do país(FURLETTI; VASCONCELOS, 2015).

Os economistas citados anteriormente relatam que além destes indicadores que desajustam a construção civil temos o mercado de trabalho sendo este o que mais causam preocupação no desenvolvimento deste segmento. Mediante informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), que o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), publica mensalmente, foi analisado que o número de demissões vem superando as contratações no atual exercício social. A situação empregatícia não está com uma perspectiva desfavorável, pois o benefício

da desoneração da folha de pagamento pode se cessar, como já foi posto em análise. Por meio disto pode se dizer que a atual situação esta alento.

Visando um cenário sustentável Almeida (2015) relata que a construção civil foi um dos setores que mais investiu em sustentabilidade, isto se fez necessário com intuito de atender a demanda dos consumidores que procuram uma maior interação com a questão socioambiental. Assim os novos projetos já são idealizados nesta nova proposta de natureza entre os espaços de edificação. A cultura sustentável pode obter uma redução de até 90% dos resíduos industriais através da reutilização de materiais e a sua reciclagem, além de ressaltar que a logística devem realizar os descartes de maneira ecologicamente correta. Com a nova politica sustentável colocado em pratica as instituições poderão reduzir seus gastos de produção.

2.2 Harmonização Contábil

Para Niyama (2006, p.15) a contabilidade tem como compromisso prover os usuários com informações sobre aspectos de natureza econômica, financeira e física do patrimônio da entidade e suas mutações, o que compreende registros, demonstrações, análises, diagnósticos e prognósticos, expressos sob a forma de relatos, pareceres, tabelas, planilhas e outros. Em um cenário de mercados globalizados tem-se a necessidade de internacionalizar as normas contábeis para aprimorar a qualidade das informações contábeis apresentada.

Os usuários podem solicitar informações distintas uns dos outros, porém todos almejam que elas sejam disponibilizadas claramente e em tempo hábil. As informações contábeis devem ter um elevado grau de clareza para que os seus usuários tenham uma melhor compreensão. A relevância e a confiabilidade traçam a tomada de decisão, sem deixar de considerar a margem de benefícios (NIYAMA, 2006, p.15).

A harmonização contábil é um processo que visa estabelecer compatibilidades das práticas contábeis, tornando-a mais transparente e confiável. Diante disso a harmonização contábil se torna necessária, pois investidores e analistas precisam de informações que possam ser comparáveis para se investir em determinada empresa. As empresas que se interessam pelo investimento em ações na bolsa de valores internacional só seriam beneficiadas com as práticas

harmonizadas (LUCENA, *et al.*, 2012).

É importante esclarecer que diversas vezes o termo harmonização é associado incorretamente com padronização de práticas contábeis. A harmonização é um processo gradual de concordância de práticas contábeis e de definição do seu grau de variação, enquanto a padronização é a total uniformização das regras. Empresas que relatam seus demonstrativos contábeis pela norma internacional irão levar vantagem em comparação com os países que usam uma moeda própria. Porém para as empresas multinacionais a vantagem de ter uma economia diferenciada é a redução de custo na contabilidade gerencial, mais a facilidade de imputação dos demonstrativos contábeis. A empresa central e suas filiais aceitam novas ideias para que haja uma conciliação, onde atenda a necessidade de todos os países. Essa harmonização entre os países irá facilitar a confirmação de informações dos setores financeiros, levando em conta os obstáculos estabelecidos pela falta de conhecimento da norma no momento da execução sendo necessária uma concordância entre as partes nos termos mundiais. Para iniciar a harmonização os órgãos regionais acreditam que contadores e auditores precisam se credenciar para participar de trabalhos internacionais, diminuindo assim a dificuldade de transação de profissionais (COVA, 2008).

Em relação à harmonização contábil Carvalho e Leme (2002, p.43) se expressam da seguinte maneira:

“A dificuldade que a Contabilidade tem em definir uma linguagem única de comunicação em nível mundial acaba sendo um empecilho inicial às empresas que, por vezes, sentem-se desestimuladas a recorrer a outros mercados, quando se deparam com as dificuldades em apresentar suas demonstrações financeiras sob outras normas.”

2.3 Órgãos Reguladores Internacionais e Nacionais

O *International Accounting Standards Board* (IASB) conhecido nacionalmente como Junta de Normas Internacionais de Contabilidade é uma organização internacional sem fins lucrativos que regulariza as normas contábeis internacionais de contabilidade. O objetivo principal deste órgão é a formulação e promulgação dos padrões de contabilidade visando o interesse de todos, para que haja uma melhor apresentação das demonstrações contábeis aos *stakeholders* de todas as nações. Com isto o IASB busca nas normas nacionais as mais adaptáveis ao resto do

mundo; a resultante desta ação foi o alto número de normas, chamadas de padrões internacionais de contabilidade (IAS), como as normas não eram muito específicas facilitava com que as empresas as tratassem as normas de modos diferentes, assim frustrando seu objetivo principal (MARTINS; BRASIL, p.8, 2008).

Martins e Brasil ainda informam que visando a eficiência e a eficácia da organização o IASB primeiramente conhecido como *International Accounting Standards Committee* – IASC passou por um processo de transformação e começou a elaborar normas juntamente com a FASB, um respeitado organismo de representação das normas norte-americanas, e adquiriu um relevante aumento em seus status e a aceitação de seus padrões.

O Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) é o órgão regulador do processo de convergência do Brasil, que emite os pronunciamentos em português de acordo com as normas originais emitidas pelo IASB. Adiantando a alerta concernente a essa mudança de metas contábeis, assim como as consequências das alterações na análise dos *stakeholder*, o IASB formulou o IFRS1 que foi traduzida para o Brasil pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 onde explicita o texto da adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Este pronunciamento estabeleceu em seu objetivo a aprovação das diretrizes das normas internacionais de contabilidade, visando um alto nível de qualidade das informações financeiras, por meios da transparência das demonstrações contábeis; comparabilidade das mesmas, tanto em uma análise vertical (que verifica os índices dentro da empresa em um determinado período) quanto na análise horizontal (que verifica dados da empresa em períodos distintos); adaptação do momento inicial para a implementação dos IFRS; montagem das demonstrações contábeis, levando em conta à conexão que há entre os gastos de produção das informações e as vantagens adquiridas por essas informações (COSTA, 2012).

O Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (Bacen) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) são os órgãos reguladores do mercado financeiros e de capital do país. Para que se crie e opere mercados organizados de títulos e valores mobiliários e de sistema de custódia e liquidação é necessário que se tenha uma autorização prévia dos órgãos reguladores CVM e do BACEN. Porém isto não absorve as instituições de serem fiscalizadas por estes (BMFBOVESPA, 2015).

Estes são os órgãos fundamentais para responder pela execução do cumprimento das regras das atividades postas em prática nos mercados financeiros e de capitais do Brasil. Monitorar e supervisionar são atividades da alçada do BACEN e do CVM (BMFBOVESPA, 2015).

No Brasil a partir de 2006 o Comunicado do Banco Central nº14. 259 determinou a aplicação das normas do IASB às instituições financeiras no Brasil. A CVM, por meio da Instrução CVM nº 457 de 2007, obrigou as companhias abertas a apresentarem as suas demonstrações financeiras com adoção do modelo contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo IASB, a partir do exercício de 2010. (SZUSTER, *et al.*, p.61. 2013).

2.4 Normas Contábeis

A palavra norma segundo o dicionário Aurélio (2005) pode ser definida como: “Aquilo que se estabelece como base ou medida para a realização ou avaliação de alguma coisa”. As normas podem, portanto, variar diante das necessidades de cada país, surge então às diferenças no que diz respeito às práticas contábeis. (GRUENFELD, 2007).

Conforme a Resolução CFC 1.328/11 as normas brasileiras de contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem acompanhar a mesma linha de elaboração das normas internacionais e absorver as normas internas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos. As NBC se classificam em Profissionais e técnicas.

A publicação da Lei 11.638/07 que modifica alguns artigos da Lei 6.404/76 o que reforçou o processo de convergência das normas contábeis brasileiras com o IFRS, promovendo após sua edição a publicação de várias resoluções, normativos, CPC's, pareceres de órgãos reguladores e Receita Federal firmando a aproximação das normas brasileiras às normas internacionais. Além disto, no art. 117 da lei 11.638/07 alterou as normas contábeis do Brasil fazendo com as normas internacionais fossem aplicadas nos principais mercados de valores imobiliários. Esta lei certifica que a contabilidade societária e a contabilidade para fins fiscais sejam afastadas, um ano depois a lei nº11.941/08 foi promulgada e assim foi criado o Regime Tributário de Transição –RTT.(SZUSTER, *et al.*, p.61, 2013).

De acordo com Carvalho (2014) a lei 12.973/2014, que tem por objetivo melhorar a contabilidade brasileira, alterou as leis relacionados ao assunto tributário além de revogar a RTT.

2.4.1 Criação das normas internacionais de harmonização contábil

Em 1975 o IASB criou as duas primeiras normas de harmonização, desde então comanda todo o processo de convergência da contabilidade mundial. O IASB coordena a institucionalização internacional das normas contábeis, nos sistemas jurídicos dos países que aderiram tais normas, editando procedimentos para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade a IFRS1. Justifica-se a implantação da IFRS para que possa haver uma liberação de dados mais clara, objetiva, relevante e com igualdade de critérios utilizados, objetivando facilitar a compreensão e utilização, das demonstrações por parte dos gestores das empresas, bem como dos demais usuários, especialmente os agentes financiadores (ALVES, 2013).

Em 2010 muitas empresas ficaram obrigadas a aplicar as normas internacionais. Existem algumas normas de caráter retrospectivo, assim a IASB criou a IFRS1 demonstrando nela as exigências que deveriam ser cumpridas para uma empresa que ira seguir todos os critérios estabelecidos pela primeira vez. Este CPC 37 tomou como base esta norma, para que a administração da sociedade possa equalizar as informações internacionais. A empresa que optar em aderir às normas da IFRS deve declarar explicitamente (CPC 37-R1, p.2 e 5,2010).

Mesmo sem a aprovação unanime das nações e das empresas perante a norma, a IFRS começou a ser adotada no mundo na última década, contudo sem uma experiência sobre o seu desenvolvimento e aplicação, que ainda debatem sobre os pontos fracos e fortes causados pela adoção de normas contábeis internacionais. No Brasil o Comitê de Pronunciamento Contábil incorporou a IFRS 1 por meio do CPC 37 (ANTUNES, 2012).

Depois da adoção já terem ocorrido na Europa em 2005 o Brasil voluntariamente aderiu ao IFRS no ano de 2008, que resultou na aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas (NBC T 19.41). A adesão total das normas da IFRS passou-se a ser obrigatória para as

Sociedades Anônimas (S/A) no ano de 2010, onde as demonstrações contábeis foram apresentadas no primeiro quadrimestre de 2011 (artigo 132 da Lei nº 6.404, de 1976). Levando em consideração que grande parte das instituições brasileiras não aderiu às normas antes de sua obrigatoriedade, as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010 foram as primeiras a serem montadas totalmente baseadas nas exigências do CPC 37. A adoção das IFRS passou a ser obrigatória, para todas as empresas listadas na Bolsa, ou seja, as de capital aberto (ALVES, 2013).

Os principais resultados encontrados no processo de aplicação do CPC 37 no Brasil foi o melhor entendimento das informações contábeis apresentadas pelas empresas brasileiras para os demais países que desejam criar um vínculo financeiro nessas instituições, a maior compreensão dos brasileiros ao analisar um balanço de instituições de outra nacionalidade, com isso puderam realizar pareceres de um assunto conhecido e familiarizado internacionalmente. Para iniciar a harmonização o CRC – Conselho Regional de Contabilidade acredita que contadores e auditores precisam se credenciar para participar de trabalhos internacionais, assim diminuindo a dificuldade de transação de profissionais (LUCENA, *et al.*, 2012).

2.4.2 Obstáculos do processo de harmonização contábil

Contudo a cultura conservadora age como empecilho na apropriação dessa atividade inovadora de novas regras contábeis. Numa visão mais complexa, países emergentes e os desenvolvidos são coligados com a tributação que avalia, apropria e classifica a contabilidade. Sendo assim é inviável uma norma fiscal, pelo fato de serem completamente diferentes de um país ao outro. As resistências das nações tradicionais que não aderem mudanças facilmente dificultam com que haja alteração no sistema legal, que visa auferir o poder para expedir uma melhoria na forma contábil. (Lucena, *et al.*, 2012).

Os estudiosos Nobe e Parker (*apud* NIYAMA, 2006) relatam que outro obstáculo é a falta de resultados consideráveis das entidades e o atrito no momento da harmonização é o “nacionalismo”, os países querem implantar suas normas, onde todos querem impor sua soberania e autoridade.

Com as divergências entre os diversos países os pesquisadores acabam

enfrentando uma grande dificuldade para classificar os sistemas contábeis nacionais de uma maneira objetiva. Levando em consideração que cada país possui conjuntos de leis próprias, regras procedimentos e objetivos que servem como proteção dos interesses nacionais é considerável que os sistemas contábeis venham a ser impactados por estas medidas (NIYAMA, 2007).

2.5 International Financial Reporting Standards 1 -IFRS 1

A necessidade de ser feito um conjunto de normas contábeis internacional esta ligada à globalização do mercado, no que diz respeito ao desenvolvimento do mercado de capitais internacional, ao crescimento dos investimentos diretos estrangeiros e à formação de blocos econômicos, assim sendo possível comparar informações de grupos profissionais distintos do mundo inteiro (WALTON, apud NIYAMA, 2006).

A IFRS foi criada para que houvesse uma padronização internacional, uma linguagem contábil global para servir de base nas negociações transnacionais, uma imediata utilização pelo público internacional (ANTUNES, 2012).

As normas internacionais se caracterizam em serem referenciadas em princípios (*principles-based standards*) e terem por objetivo a essência econômica das transações, com isto se obtêm normas contábeis genéricas e adaptáveis. Os investidores e credores podem se prejudicar no momento da tomada de decisão com a assimetria dos dados informados por contabilidade de países distintos (BEUREN; KLANN, 2009).

Para Santos e Calixto (2009), as principais mudanças de transição de 2008 a 2010 começou após a aprovação da lei 11.638 em 28/12/07, que incrementou as matérias contábeis de grande complexidade para implementação no exercício de 2008, essa transição de convergência para o IFRS foi dividida em duas fases:

A primeira fase aplicável ao exercício de 2008, que implantou a adoção da lei 11.638/07 e Medida Provisória 449/08 (convertida na lei 11.941/09), agrupados em normas sobre determinados assuntos específicos como os CPCs 01 ao 10, do 12 ao 14 e OCPCs 01 e 02. Com exceção do CPC 11, que começou a ser utilizado somente a partir de 2010. Referindo se as regras especificam para a implantação desta lei, o CPC 13 trouxe em sua redação a dispensa das empresas a

reapresentarem seus demonstrativos contábeis de 2007 com o intuito de comparação, ou seja, foram acatadas duas datas para a transição das normas, em 01/01/2007 para as empresas que retroagiram e 01/01/2008 para as empresas que só implantaram sem retroagir.

Na segunda fase foi decretada a obrigatoriedade da aplicação da IFRS, esta norma determina a integral convergência ao padrão internacional nas demonstrações contábeis do final de 2010, que foram apresentadas até o mês de março de 2011, fazendo com que as demonstrações da fase um fossem reapresentadas com as novas alterações para fins de comparação, assim como a reapresentação das demonstrações dos quatro primeiros meses de 2010.

Beuren e Klann (2009) relatam que a alta relevância da informação contábil para os usuários da contabilidade e para a sociedade serve como instrumento e prestação de contas, além disto, a conformidade contábil pode reduzir os custos de captação de recursos das entidades perante os credores e investidores. A convergência à norma consegue este benefício pelo fato de com a simetria das informações é possível que possa tomar decisões mais coerentes, pois terão dados fidedignos e mais comparáveis.

O apêndice A (termos definitivo) da IFRS1 define termos contábeis de utilidade para maior compreensão dos usuários:

- Data de transição para as IFRSs devem ser no primeiro demonstrativo apresentado as informações conforme a IFRS;
- Custo considerado: Valor utilizado como um suplente para o custo ou para o custo depreciado em um período determinado. A depreciação ou amortização subsequente reconhece que a empresa inicialmente especifica o ativo e o passivo em uma data e que seu custo tinha um valor igual ao custo considerável.
- Valor Justo: Valor em que o ativo pode ser negociado ou um passivo acertado, por pessoas interessadas que não se relacionam entre si.
- Primeiras demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs: Na primeira demonstração deve ser apresentado explicitamente e sem reserva, através de uma declaração de conformidade, que adotara as medidas da IFRS.
- Adotante pela primeira vez: As empresas que aderem as normas da IFRS

pela primeira vez e apresentam suas demonstrações financeiras de acordo com as regras internacionais.

- Normas internacionais de relato financeiro (IFRSs): A IASB adotou as normas e interpretações da IFRS sendo e elas as normas internacionais de relato financeiro e de contabilidade e as interpretações originadas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo balanço de abertura.
- Primeiro período de relato de acordo com as IFRSs: A época do relato que se finaliza na data de relato das demonstrações financeiras iniciais seguindo as diretrizes da IFRS da empresa.

Walton (2003, *apud* Niyama, 2007, p.22) apresenta uma comparação para explicar os motivos das diferenças internacionais:

“A compreensão de regras internacionais é muito difícil porque as regras têm diferentes significados: na Alemanha, tudo é proibido a menos que esteja explicitamente permitido na lei, enquanto que na Inglaterra tudo é permitido a menos que esteja explicitamente proibido na lei. No Irã, por outro lado, tudo é proibido mesmo que esteja permitido na lei enquanto que na Itália tudo é permitido, especialmente se é proibido.”

2.6 CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Segundo o Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 37 o Comitê de Pronunciamento Contábil emitiu o CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, que se fundamentam em atingir as demonstrações contábeis consolidadas, tendo como objetivo garantir que as demonstrações iniciais estejam de acordo com a norma internacional de contabilidade emitida pela IASB, além de garantir que as divulgações contábeis intermediárias das demonstrações em questão sejam apresentadas com um grau elevado de qualidade e apresentem resultado líquido e patrimônio líquido sem alteração, levando em conta que essa alteração pode ocorrer em situações excepcionalíssimas.

O Pronunciamento contábil de número 37 tem por objetivo garantir a qualidade das informações contábeis, este CPC é fundamentado nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, exposta para o Brasil através da IFRS (Sumário do Pronunciamento Técnico CPC 37).

O CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade (2010, p.4) relata que as qualidades de informação devem ser apresentadas de forma

transparente para todo o tempo demonstrado aos usuários, estabelece um passo inicial para o reconhecimento contábil de acordo com as IFRSs e os seus benefícios sejam superiores ao custo.

Não é adequado ser aplicado em instituição que tenha iniciado as demonstrações contábeis de acordo com os requisitos societários, que tenha apresentado sua demonstração baseada nos requerimento societário e em anos retrospectos e apresentado essas declarações sem conformidade com as IFRS's. Para as entidades que não manifestou claramente em suas demonstrações contábeis que iram fazer suas divulgações conforme a IFRS no exercício corrente deveram ter que aplicar o Pronunciamento Técnico ou, ainda, aplicar as IFRSs retrospectivamente de acordo com IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors interpretada pelo Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 37-R1).

Na hipótese da instituição não querer aplicar o pronunciamento desta forma, deve ser explicado à maneira que os antigos critérios contábeis afetaram sua posição patrimonial, seu desempenho econômico e financeiro, respectivamente através do balanço patrimonial, das suas demonstrações do resultado e de fluxo de caixa. As alterações políticas contábeis realizadas pelas instituições que já adotaram a IFRS não iram ser atingidas por este pronunciamento. Elas irão ser alcançadas pelas exigências relativas às mudanças nas políticas contábeis conforme IAS 8, neste esta relacionado o Pronunciamento Técnico CPC 23 que traz as informações de exigências transitórias específicas contidas em outras IFRSs. As evidencias e exigências de outras IFRSs não são expostas neste pronunciamento. (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 37-R1).

O CPC 37 (2010) recusa aceitar as isenções de outras IFRS na data de transição, não permitindo também que as empresas que adotarem as normas internacionais pela primeira vez, usufrua várias isenções de outras IFRSs liberadas pelo IASB na IFRS 1, a saber a transação de pagamentos baseados em ações – pelo IASB, nos itens D2 e D3, os iniciantes podem antes da data de transição aplicar a IFRS 2. O CPC 10 de 2008 não achou viável aplicar essa isenção; a mensuração de ativos ou passivos financeiros pelo valor justo em seu reconhecimento inicial – Emitido pelo IASB, no item D20, os iniciantes da IFRS, na não adequação de um

mercado ativo, podem usar de técnica de avaliação contínua na IAS 39 para medir os seus ativos financeiros com transações ocorridas antes da data de transição. O Comitê brasileiro não achou viável aplicar essa isenção e os custos de empréstimos e financiamentos – Emitido pelo IASB, no item D23, os iniciantes na IFRS podem começar a utilizar as disposições transitórias

É importante ressaltar que o CPC e a IASB acataram a opção de utilizar o custo aplicado aos ativos imobilizados e nas propriedades para investimento. Através da Deliberação nº 619/09 a CVM impôs que as companhias de capital aberto que não aplicarem a norma internacional deveram justificar os motivos. No que diz respeito às aplicações retrospectivas é relatado no item 34A do CPC que orienta as companhias a montarem suas demonstrações consolidadas baseadas na IFRS antecipadamente ao dia 1 do mês de janeiro do ano de 2009, não afetando somente as divergências já praticas, atribuindo grande divulgação dessas práticas e não se adequando a novos procedimentos diferentes do CPC. O Comitê brasileiro eliminou da redação do CPC 37 os itens 36 e 39, pelo fato das empresas não poderem retroagir seus registros contábeis à data da transição. Mediante o fato das empresas optarem por retroagir seus registros contábeis em caso de combinação de negócios, consolidação, investimentos em coligadas e controladas, entre outros o IASB se deparou com a necessidade de alterar algumas das normas vigentes para que as empresas sejam alcançadas pelas normas atualizadas e não utilizem as normas passadas. Considerando o *goodwill* para as empresas que fazem do ágio uma redução do patrimônio líquido o IASB disponibiliza duas alternativas nas normas anteriores as IFRS. Com a tradução do CPC 37 foi excluído este item, pois não há possibilidade de implantação no Brasil (PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 37-R1).

2.7 Pesquisas anteriores

2.7.1 Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos

A pesquisa de Santos, Pontes e Mapurunga (2010) avaliou o grau de conformidade das instituições que divulgaram suas demonstrações conforme a IFRS

no primeiro ano de sua aplicação obrigatória no Brasil no ano de 2010, depois do exame, nas Notas Explicativas das 366 empresas não financeiras de capital aberto, do grau de atendimento a 638 itens de divulgação manifestado o interesse por 28 normas internacionais. Foi calculado o índice de conformidade, de todas as formas existentes além de pesquisar ligação entre níveis de divulgação e características das empresas, como potenciais fatores explicativos do grau de conformidade com a requerida divulgação pela IFRS. Com isso foi descoberto no ano de solicitação divulgação um nível de conformidade total baixo.

Com base nos resultados de outras nações pode se dizer que os índices encontrados, destacam a relevância de especializar os mecanismos internacionais para impulsionar melhorias de *enforcement*, fazendo com que as instituições brasileiras cheguem ao topo dos benefícios econômicos, almejados pela adoção da padronização internacional de contabilidade. O impacto positivo alcançado pela empresa foi decorrente divulgação requerida pela IFRS, calculando o índice de conformidade foi possível detectar uma variável benéfica considerando o tamanho da empresa e a auditoria por um “Big 4” (Santos; Pontes; Mapurunga, 2010).

Com a aderência da IFRS, o Brasil entrou para um conjunto de que países que tem um sistema de informação global comparável e transparente, que gera uma bons dados contábeis e ter como consequência benefícios institucionais no mercado de capitais, como redução de custo do capital, maior liquidez com menor spread entre compra e venda, e redução dos erros de previsão dos analistas. Apesar de esses benefícios serem em decorrência da padronização da IFRS, este resultado dependera do fiel cumprimento e aderência às normas. Foi verificado que há uma considerável inconformidade com a IFRS, a divulgação de requisitos é a maior influência dessa análise (Santos; Pontes; Mapurunga, 2010).

A Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos realizou uma análise que teve como amostra 182 instituições que adotaram a IFRS e foi possível identificar que muitas delas não apresentar características de que divulgam nas suas políticas contábeis detalhamentos e claramente o suficiente as demonstrações financeiras para que o investidor tenha uma compreensão da atual situação da empresa. Ressalta-se que nos países em que foi analisado maior impacto nos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras foi onde se encontrou mais divergência na implantação da IFRS e aonde se tem a maior dificuldade de

comparação das demonstrações financeiras entre países e setores (Santos; Pontes; Mapurunga, 2010).

A importância de pesquisar a validade de implantação da norma internacional no Brasil é que se tem como uma necessidade, pois o mercado de capitais no país vem crescendo, em contra partida se tem a fundamentação da contabilidade euro continental, criado no direito romano que tem como prioridade abordagens jurídico-formalistas e fiscais mediante a representação da atualidade econômica. O Brasil adotou o procedimento de adoção em duas partes, uma aplicação parcial em 2008 que aceitava a norma com pequenas diferenças locais e uma aplicação total em 2010, momento em que se tornou obrigatória para as demonstrações financeiras consolidadas e individuais das empresas listadas na bolsa de valores e em seguida para as demais empresas. Ao contrario dos europeus que implantaram integralmente a norma no ano de 2005(Santos; Pontes; Mapurunga, 2010).

3 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Visando uma compreensão da amostra estudada, foram elaborados quadros explicativos.

Quadro1 - Identificação da Amostra - CIA de Capital aberto

Razão Social	Data da fundação	SEDE	Missão	Visão	Valores
DIRECIONAL ENGENHARIA S/A	19/02/1981	BH/MG	Prover soluções imobiliárias que atendam às necessidades dos nossos clientes e acionistas, agindo de forma sustentável, realizadora e confiável.	Ser a empresa mais eficiente e admirada do mercado imobiliário pelos seus valores e rentabilidade.	Humildade Respeito Ao Ser Humano Eficiência Disciplina Comprometimento
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A	05/05/1980	SP/SP	Marcar positivamente a vida de nossos clientes e fazer com que eles sintam orgulho do imóvel que escolheram.	Ser líder ou vice líder em todas as praças e segmentos de atuação da empresa, Ter uma cultura voltada a clientes e ser uma referência no setor em atração, desenvolvimento e retenção de talentos.	Transparência, compromisso, meritocracia, sustentabilidade e empreendedorismo.
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	31/05/2006	BH/MG	Concretizar o sonho da casa própria oferecendo imóveis com a melhor relação custo/benefício para o cliente.	Ser a melhor empresa de incorporação, construção e venda de empreendimentos econômicos do Brasil.	Pensar com cliente, sustentabilidade, ética e transparência, dividir o sucesso, time comprometido e geração de valores para o acionista
ROSSI RESIDENCIAL S/A	27/06/1985	SP/SP	Empreender soluções imobiliárias inovadoras, de qualidade reconhecida, tendo como referência as pessoas, a comunidade e o meio ambiente, gerando valor aos acionistas e buscando a perenidade da empresa.	Acreditamos que as pessoas, em busca de felicidade e qualidade de vida, sempre evoluem em suas aspirações de moradia, lazer e trabalho.	Conhecimento, humanidade, Inovação, integridade, valorização das pessoas, sustentabilidade e entusiasmo.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos de sites individuais

Quadro 2 - Dados financeiros do exercício de 2014

Razão Social	Riqueza distribuída para pessoal	Receita de Vendas	Patrimônio Líquido	Capital Social Realizado
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	R\$ 404.587,00	R\$ 1.835.613,00	R\$ 1.735.531,00	R\$ 702.982,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A	R\$ 198.664,00	R\$ 2.205.895,00	R\$ 2.419.495,00	R\$ 1.667.491,00
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	R\$ 692.481,00	R\$ 4.186.185,00	R\$ 4.672.918,00	R\$ 3.507.206,00
ROSSI RESIDENCIAL S/A	R\$ 198.227,00	R\$ 1.617.041,00	R\$ 1.841.769,00	R\$ 2.611.390,00

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos da BMFBOVESPA

Quadro 3 - Segmento de Mercado

Razão Social	Classificação Setorial:	Principais Atividades	Area Geografica
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil	Incorporação. Construção E Comercialização de Imóveis Próprios Ou de Terceiros E Prestação de Serviços de Engenharia.	Amazônas, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Para, Rio de Janeiro, Rondonia, São Paulo,
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil	Construção E Incorporação	São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grando do Sul.
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil	Atividades de Incorporação E Construção atividades de Logística	Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Goias, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.
ROSSI RESIDENCIAL S/A	Construção e Transporte / Construção e Engenharia / Construção Civil	A Compra E Venda de Imóveis. Desmembramento E Loteamento de Terrenos. Incorporação Imobiliária E Construção de Imóveis Destinados À Venda.	Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santos, Goias, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos de sites individuais

4 ELABORAÇÃO DO CHECKLIST

Para a obtenção de dados contábeis do segmento escolhido, foi elaborado o seguinte *checklist*:

Quadro 4 - Checklist com as exigências do CPC 37

continua

n°	Exigências do CPC 37 - Adoção Inicial das normas internacionais de Contabilidade	Posição diante da exigência											
		Direc.			Even			MRV			Rossi		
		S	P	N	S	P	N	S	P	N	S	P	N
1	A entidade deve declarar de forma explícita e sem ressalvas, que suas demonstrações estão em conformidade com as IFRSs vigentes	x			x			x			x		
2	A entidade deve elaborar e apresentar o balanço patrimonial de abertura de acordo com as IFRSs na data de transição para as IFRSs. Esse é o marco inicial de sua contabilidade em conformidade com as IFRSs.	x			x			x			x		
3	A entidade deve usar as mesmas políticas contábeis para apresentar seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs e para todos os períodos apresentados em suas primeiras demonstrações contábeis em IFRSs.	x			x			x			x		
4	A entidade não deve aplicar diferentes versões de IFRSs vigentes	x			x			x			x		
5	A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs: reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelas IFRSs;	x			x			x			x		
6	A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs não reconhecer itens como ativos ou passivos quando as IFRSs não permitirem tais reconhecimentos;	x			x			x			x		
7	A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs reclassificar itens reconhecidos de acordo com práticas contábeis anteriores como certo tipo de ativo, passivo ou componente de patrimônio líquido, os quais, de acordo com as IFRSs, se constituem em um tipo diferente de ativo, passivo ou componente de patrimônio líquido	x			x			x			x		
8	A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs: aplicar as IFRSs na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.			x			x			x			x
9	Uso do custo atribuído (<i>deemed cost</i>) para ativo imobilizado e propriedade para investimento			x			x			x			x
10	Uso do custo atribuído (<i>deemed cost</i>) para ativos intangíveis, investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas e outros ativos			x			x			x			x

Conclusão

11	Os ativos reconhecidos no balanço patrimonial é mensurado com confiabilidade?	x			x			x			x		
12	Os passivos reconhecidos no balanço patrimonial é mensurado com confiabilidade?	x			x			x			x		
13	Nas demonstrações contábeis que contiverem resumos históricos ou informações comparativas de acordo com os critérios contábeis anteriores, a entidade deve: nominar destacadamente a informação gerada pelos critérios contábeis anteriores como não sendo elaborada de acordo com as IFRSs	x			x			x			x		
14	Nas demonstrações contábeis que contiverem resumos históricos ou informações comparativas de acordo com os critérios contábeis anteriores, a entidade deve: evidenciar a natureza dos principais ajustes que seriam feitos de acordo com as IFRSs.	x			x			x			x		
15	As evidenciações são baseadas na premissa de que os usuários das demonstrações contábeis intermediárias tenham acesso às demonstrações contábeis anuais mais recentes	x			x			x			x		

Fonte: Elaborado pela autora com dados extraídos do CPC 37

5 ANÁLISE

O *checklist* das exigências do CPC 37- Adoção Inicial das normas internacionais de Contabilidade é determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 37 (R1), aprovado em 05 de novembro de 2010, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sendo este o fornecedor de todos os parâmetros a serem observados nos demonstrativos contábeis das instituições em foco.

O *checklist* foi aplicado em uma amostra de quatro empresas listadas na BMFBOVESPA. Os sujeitos do estudo se constituíram em um segmento da construção civil. Considerando os objetivos deste estudo, onde foi proposto a aplicar o *checklist* com as exigências do CPC 37 e analisar seu nível de cumprimento, bem como a possibilidade de identificar o grau de aplicabilidade da norma internacional, obteve-se resultados que nos remetem a operacionalizar este instrumento como viável para garantir obrigatoriedade das normas internacionais traduzidas pelo CPC 37. Logo abaixo foram evidenciados os requisitos apresentados no *checklist* com suas devidas análises:

- **Requisito 1:** A entidade deve declarar de forma explícita e sem ressalvas, que suas demonstrações estão em conformidade com as IFRSs vigentes

Fundamento: Notas Explicativas

Foi possível identificar que todas as empresas estudadas divulgam suas demonstrações em conformidade com as práticas contábeis e com as IFRSs vigentes. Esses dados foram evidenciados da seguinte forma:

Direcional Engenharia- “Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS em 31 de dezembro de 2014”.

Even - “As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”) aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, [...]”.

MRV - “As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Standart Reporting Standards – IFRS*) [...]”.

Rossi – “As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRSs*)” aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil[...]

- **Requisito 2:** A entidade deve elaborar e apresentar o balanço patrimonial de abertura de acordo com as IFRSs na data de transição para as IFRSs. Esse é o marco inicial de sua contabilidade em conformidade com as IFRSs.

Fundamento: Balanço Patrimonial

O balanço Patrimonial deve ser de acordo com as normas internacionais. Foi montado um exemplar que ficou da seguinte forma:

Figura 1 - Estrutura do Balanço Patrimonial segundo as normas internacionais

ATIVO	PASSIVO
1.1 Ativo Circulante	2.1 Passivo Circulante
1.2 Ativo Não Circulante	2.2 Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	2.3 Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital Social
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Reservas de Lucros
	Ações em Tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Fonte: Elaborado pela autora

Há uma unanimidade de cumprimento deste requisito, a amostra em questão aplica integralmente a exigência deste requisito que se refere à estrutura do balanço, pois seu ativo e passivo seguem as diretrizes da norma internacional.

- **Requisito 3:** A entidade deve usar as mesmas políticas contábeis para apresentar seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs e para todos os períodos apresentados em suas primeiras demonstrações contábeis em IFRSs.

Fundamento: Notas Explicativas

Pode ser afirmado que todas as instituições apresentaram a mesma política contábil para todo o período de 2014. Sendo assim pode se dizer que neste requisito há um total cumprimento da norma trazida pelo CPC 37. Essas informações são comprovadas através do seguinte texto exposto na fonte fundamentada:

Direcional –“As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.”

Even–“As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário”.

MRV - “As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para a Companhia e todas as suas controladas”.

Rossi –“As práticas contábeis são consistentemente aplicadas em todas as empresas consolidadas, e as demonstrações financeiras das empresas investidas são preparadas para o mesmo período de divulgação”.

- **Requisito 4:**A entidade não deve aplicar diferentes versões de IFRSs vigentes

Fundamento: Nota Explicativa

As entidades em foco expõem as finalidades das IFRS 15 e 9 que irão causar impacto significativo sobre o grupo, porém todas elas não aderiram tal norma por

não ser de caráter obrigatório no exercício de 2014 e também não aderiram outras versões de IFRS.

- **Requisito 5:** A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento seja exigido pelas IFRSs;

Fundamento: Notas Explicativas

De acordo com a IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma empresa só pode reconhecer uma provisão em três situações: quando houver a uma obrigação presente como resultado de uma ação passada; quando for provável que a atualização de recursos por exigida para quitação de obrigações e quando puder estimar com confiabilidade o valor da obrigação.

As empresas estudadas atende a esta exigência, tal afirmativa é evidenciada da seguinte forma em suas notas explicativas:

Direcional - “As provisões para garantia e provisão para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança”.

Even - “Uma provisão é reconhecida a valor presente da estimativa dos custos a serem incorridos no atendimento de eventuais reivindicações”.

MRV -“O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação”.

Rossi - “As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável”.

- **Requisito 6:** A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs não reconhecer itens como ativos ou passivos quando as IFRSs não permitirem tais reconhecimentos;

Fundamento: Nota Explicativa

A IAS 37 também descreve que o ativo contingente e o passivo contingente não podem ser reconhecidos, porém se houver a existência de algum deles, estes deveram ser divulgados.

Apenas a empresa Rossi Residencial divulga em suas notas explicativas que os passivos contingenciais, quando o valor deste excede o custo de aquisição. A nota foi explicitada da seguinte forma:

Rossi – “Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado”.

- **Requisito 7:** A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs reclassificar itens reconhecidos de acordo com práticas contábeis anteriores como certo tipo de ativo, passivo ou componente de patrimônio líquido, os quais, de acordo com as IFRSs, se constituem em um tipo diferente de ativo, passivo ou componente de patrimônio líquido.

Fundamento: Notas Explicativas

Não houve reclassificação dos valores do balanço em nenhuma das empresas no ano de 2014, uma vez que as contas do ativo, passivo e componente do patrimônio líquido estão sendo reconhecidas com base nas normas da IFRS.

- **Requisito 8:** A entidade deve, em seu balanço patrimonial de abertura em IFRSs aplicar as IFRSs na mensuração de todos os ativos e passivos reconhecidos.

Fundamento: Notas Explicativas

As empresas não atendem a este requisito, de modo que o custo atribuído não esta sendo aplicado para os ativos intangíveis, de imobilizado e de investimentos.

Requisito 9: Uso do custo atribuído (*deemedcost*) para ativo imobilizado e propriedade para investimento

Fundamento: Nota Explicativa

As instituições da amostra não fazem o uso do custo atribuído para ativo imobilizado e propriedade para investimento. Sendo esta uma exigência do CPC 37 este requisito deveria ser cumprido pelas instituições.

- **Requisito 10:** Uso do custo atribuído (*deemedcost*) para ativos intangíveis, investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas e outros ativos.

Fundamento: Nota Explicativa

As instituições da amostra não fazem o uso do custo atribuído no ativo imobilizado e na propriedade para investimento. Deve ser ressaltado que as práticas contábeis proíbem o uso do custo atribuído para as contas classificadas como ativos intangíveis, investimentos em controladas, controladas em conjunto, coligadas ou outros ativos que não os ativos imobilizados e propriedade para investimento. Sendo esta uma exigência do CPC 37 este requisito deveria ser cumprido pelas instituições.

- **Requisito 11:** Os ativos reconhecidos no balanço patrimonial São mensurados com confiabilidade?

Fundamento: Nota Explicativa, e Balanço Patrimonial

Para todas as empresas estudadas a mensuração dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial é realizada pelo valor justo, ou seja, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras da transação que desejam realizar uma operação comercial definida, sem privilégios, sendo esta mensuração considerada como confiável.

- **Requisito 12:** Os passivos reconhecidos no balanço patrimonial são mensurados com confiabilidade?

Fundamento: Nota Explicativa, e Balanço Patrimonial

Para todas as empresas estudadas a mensuração dos passivos reconhecidos no balanço patrimonial é realizada pelo valor justo, ou seja, o valor pelo qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras da transação que desejam realizar uma operação comercial definida, sem privilégios, sendo esta mensuração considerada como confiável.

- **Requisito 13:** Nas demonstrações contábeis que contiverem resumos históricos ou informações comparativas de acordo com os critérios contábeis anteriores, a entidade deve: nominar destacadamente a informação gerada pelos critérios contábeis anteriores como não sendo elaborada de acordo com as IFRSs.

Fundamento: Nota Explicativa

Em nenhuma das quatro empresas analisados houve informações comparativas, com isto não tem que ser nominar destacadamente a informação gerada pelos critérios contábeis anteriores como não sendo elaborada de acordo com as IFRSs. Sendo assim as empresas estão cumprindo esta exigência.

- **Requisito 14:** Nas demonstrações contábeis que contiverem resumos históricos ou informações comparativas de acordo com os critérios contábeis anteriores, a entidade deve: evidenciar a natureza dos principais ajustes que seriam feitos de acordo com as IFRSs.

Fundamento: Nota Explicativa

Não houve informações comparativas em nenhuma das empresas estudadas, com isto não tem que ser evidenciado a natureza dos principais ajustes que seriam feitos de acordo com as IFRSs. Sendo assim as empresas estão cumprindo esta exigência.

- **Requisito 15:** As evidenciações são baseadas na premissa de que os usuários das demonstrações contábeis intermediárias tenham acesso às demonstrações contábeis anuais mais recentes

Fundamento: BMFBOVESPA

Pode ser confirmado que 100% das empresas em foco estão disponibilizando todos os demonstrativos obrigatórios para consulta das informações contábeis e financeiras.

Foi elaborada uma tabela com a quantidade de quesitos atribuídos ao *checklist*, evidenciando quantas exigências foram cumpridas, quantas foram parcialmente cumpridas e quantas não foram cumpridas.

Tabela 1 - Classificação das Exigências

Razão Social	Cumpridas	Parcialmente	Não	Total de requisitos
DIRECIONAL				
ENGENHARIA S.A.	12	0	3	15
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A	12	0	3	15
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A	12	0	3	15
ROSSI RESIDENCIAL S/A	12	0	3	15

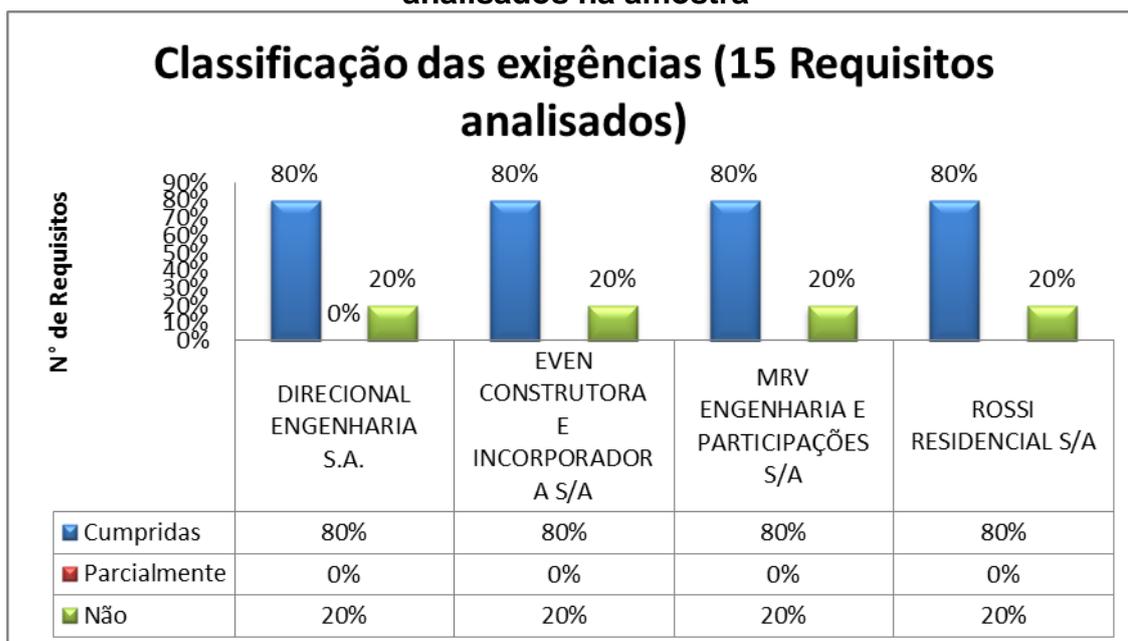
Fonte: Elaborado pela autora

Conforme exposto pela tabela acima pode ser afirmado que 3 dos 15 requisitos exigidos pelo CPC 37 não foram cumpridos por todas as empresas, não houve nenhuma exigência parcialmente cumprida e 12 exigências foram totalmente

cumpridas. As empresas se encontram no mesmo patamar no que se refere ao nível de adoção.

Para a continuação da análise também foi elaborado um gráfico demonstrando a porcentagem de cada empresa perante as exigências.

Gráfico 1: Relação do número de requisitos com as exigências do CPC 37 analisados na amostra



Fonte: Elaborado pela autora

Com a exposição do gráfico se tornou perceptível que os requisitos que não são cumpridos pelas empresas são menores que os cumpridos. O nível de adoção do cumprimento das exigências do CPC 37 fez um total de 80%.

5.1 Considerações Finais

Diante das informações expostas referentes ao ano de 2014 da amostra estudada é correto afirmar que o uso do custo atribuído e a mensuração do passivo e do ativo foram as variáveis que impediram a aprovação integral deste segmento em relação da incógnita da pesquisa.

Como a norma tornou-se obrigatória a partir 2010 era esperado que as empresas estivessem totalmente adaptadas a este pronunciamento.

É aconselhado que realize uma aplicação de todas as normas que integram o CPC 37, uma vez que gerará uma maior compreensão e entendimento das exigências que este pronunciamento delimita.

Mediante dados evidenciados neste trabalho, pode se dizer que as notas explicativas expõem a real situação das empresas analisadas perante as normas vigentes. Através das demonstrações contábeis foi possível identificar e analisar o nível de adoção da norma internacional.

6 CONCLUSÃO

O objetivo do Pronunciamento CPC 37 é assegurar a adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, sendo este a tradução das IFRSs para o Brasil. Ademais garante informações contábeis com mais claras a todos os seus usuários.

Suas exigências foram analisadas e em seguida foi aplicado o *checklist* nas empresas pesquisadas. Após a coleta dos dados foi possível identificar que as instituições não estão cumprindo integralmente as regras impostas pelas normas internacionais.

Tendo em foco a problemática do estudo: "Qual nível de adequação da aplicação do CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade nas empresas estudadas?", a resposta foi composta baseada nas informações apresentadas no decorrer do trabalho, foi perceptível que o nível de cumprimento das exigências do CPC 37 - adoção inicial das normas internacionais contabilidade que deveriam ser de cem por cento, por se tratar de uma lei obrigatória as S.A's desde 2010, não estão atingindo este nível máximo.

Considerando o que foi apresentado, nota-se que os objetivos propostos foram atendidos através das pesquisas realizadas por meio de livros, internet e principalmente por meio do *checklist* realizado.

Observando o campo acadêmico, além de ter contemplado os objetivos traçados, esse trabalho proporcionou um aprendizado impar, conciliando a teoria à prática e ampliando conhecimentos.

Através do conjunto das análises apresentadas, vimos que as empresas da amostra, que se delimitou segmento de construção civil estão parcialmente em dia com as normas internacionais.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya; MARQUES, Felipe Silveira; CARDOSO, Francisco Ferreira; TIGRE, Paulo Bastos. SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: Segmento de edificações. SENAI. 2005. Brasília. Disponível em: <http://www.pcc.usp.br/files/text/personal_files/francisco_cardoso/Estudo%20setorial%20construcao%20civil5.pdf>. Acesso em 18 ago. 2015.
- ALMEIDA, Jorge Luiz Oliveira de. **Construindo uma indústria sustentável**. Jornal Estado de Minas - BH (Lugar Certo). 2015. Disponível em: <<http://www.sinduscon-mg.org.br/index.php/imprensa/artigo/ver/construindo-uma-industria-sustentavel-2366/>>. Acesso em 18 set. 2015.
- ALVES, Fernando Lins. **Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas**. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, set/dez 2013. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufri/article/viewFile/1941/1775>>. Acesso em: 09 de março de 2015.
- ANTUNES, Jeronimo; BRSCAN, GuilhermeMarinovicBrscan; PENTEADO, Isis Malusá. **A Convergência Contábil Brasileira E A Adoção Das Normas Internacionais De Contabilidade: O Ifrs-1**, 2012. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf>>. Acesso em 12 de abril de 2015.
- BARROS, Aidil J. daSilva; ELHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: PEARSON, 2007. P. 112.
- BERTUCCI, Janete Lara de Oliveira. **Metodologia Básica Para Elaboração De Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC): Ênfase na Elaboração de TCC de Pós-Graduação Lato Sensu**. São Paulo: Atlas S.A, 2012. P. 49, 57
- BEUREN e KLANN. **Manual De Técnicas E Práticas De Aplicação Da Lei 11.638/07 Nas Pequenas E Medias Empresas**. 2009. Disponível em: <http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/manuais_pmes/conteudo/m03.pdf>. Acesso em 09 abr. 2015.
- BMFBOVESPA. **Órgãos Reguladores**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/bancobmfbovespa/nonresident/pt-br/orgaos-reguladores.asp>>. Acesso: 15 set. 2015.
- BMFBOVESPA. Direcional Engenharia S/A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoEmpresaPrincip.aspx?codigoCvm=21350&idioma=pt-BR>>. Acesso: 15 out. 2015.
- BMFBOVESPA. Even Construtora e Incorporação S/A. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/Empresas-Listadas/ResumoEmpresaPrincip.aspx?codigoCvm=20524&idioma=pt-BR>>. Acesso em 17 out. 2015.

BMFBOVESPA.MRV Engenharia S/A. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/EmpresasListadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=20915&idioma=pt-BR>> . Acesso em 16 out. 2015.

BMFBOVESPA. Rossi Residencial S/A. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/Cias-Listadas/EmpresasListadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=16306&idioma=pt-BR>> . Acesso em 18 out. 2015.

CARVALHO, L.N.; LEMES, S. **Padrões Contábeis Internacionais do IASB: um estudo comparativo com as normas contábeis brasileiras e sua aplicação**. UnB Contábil, Brasília, 6:61-80, jul. 2002.

CARVALHO, Maria Augusta. **Objetivo da legislação foi convergir aos padrões internacionais de contabilidade**. 2014. Consultor Jurídico. Disponível em<
<http://www.conjur.com.br/2014-ago-23/lei-tributaria-mexera-toda-contabilidade-fiscal-partir-2015>>. Acesso em 19 set. 2015.

COSTA, Jorge Andrade; YAMAMOTO, Carlos Renato Marina Mitiyo. **A Aderência dos Pronunciamentos Contábeis do CPC às Normas Internacionais de Contabilidade**. Contabilidade, Gestão e Governança - Brasília · v. 15 · n. 2 · p. 110 - 126-mai/ago2012. Disponível em: <<http://www.cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/482>>. Acesso em 01 de abril de 2015.

COVA; Carlos José Guimarães. **A Adoção das IFRS no Brasil e o Fortalecimento das Boas Práticas de Governança Corporativa**. 22 Pensar Contábil, Rio de Janeiro, v. 10, n. 42, p. 22 - 30, out./dez. 2008. Disponível em:<<http://www.arena.org.br/revista/ojs2.2.306/index.php/pensarcontabil/article/viewFile/89/89>>. Acesso em: 20 de Março de 2015.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC 1.328/11**. Disponível em:<http://www.oas.org/juridico/portuguese/res_1328.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2015.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice-Hall, 2004. P. 52, 60, 65, 70. Direcional Engenharia S.A. Perfil. Disponível em: <<http://www.direcional.com.br/institucional>>. Acesso em 31 out. 2015.

DIRECIONAL ENGENHARIA S.A. **Perfil**. Disponível em:<<http://www.direcional.com.br/institucional>>. Acesso em 31 out. 2015.

EVENCONTRUTORA E INCORPORAÇÃO S.A. **Perfil**. Disponível em:
<<https://www.even.com.br/SobreEven>>. Acesso em 31 out. 2015.

FERREIRA, Amélia Rodrigues; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Contabilidade da Construção Civil: Estudo Sobre As Formas De Mensuração E Reconhecimento De Resultados**. Revista de Informação Contábil, Vol. 1, no 1 p. 49-67, set/2007. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/ricontabeis/index.php/contabeis/article/viewFile/14/5>> . Acesso em 18 set. 2015.

FIGUEIREDO, Antônio Macena; SOUZA, Soraia Riva Goudinho. **Como Elaborar Projetos, Monografias, Dissertações e Teses**: Da redação Científica à Apresentação do Texto Final. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. P.102,114.

FURLETTI, Daniel; VASCONCELOS, Leda Maria Pereira. **A queda do PIB da Construção Civil em Minas Gerais**. Sinduscon. 2015. Disponível em: <<http://www.sinduscon-mg.org.br/index.php/imprensa/artigo/ver/a-queda-do-pib-da-construcao-civil-em-minas-gerais-2291/>>. Acesso em 18 Set. 2015.

FURLETTI, Daniel; VASCONCELOS, Leda Maria Pereira. **O Desemprego na Construção Civil**. Jornal Estado de Minas. 2015. Disponível em: <<http://www.sinduscon-mg.org.br/index.php/imprensa/artigo/ver/a-queda-do-pib-da-construcao-civil-em-minas-gerais-2291/>>. Acesso em 18 Set. 2015.

GRUENFELD, LUIZ CARLOS. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. 11 de junho de 2007. Disponível em: Acesso em: 09 abr. 2015.

IFRS 1 — Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, 2011. Disponível em :<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/IFRS1.pdf>>. Acesso em 09 abril 2015.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. **Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução**. Revista Contabilidade e Finanças. São Paulo, nº. 38, p.7 –19, Maio/Agosto 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v16n38/v16n38a02>>. Acesso em 5 maio 2015.

LUCENA L, Gláucio Wenner; LEITE de Carvalho C Daniela; NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade Internacional e os Desafios da Harmonização Contábil, 2012 . Disponível em: <<http://veredas.favip.edu.br/index.php/veredas/article/viewFile/5/4>>. Acesso 01 de maio de 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas S.A, 2007. P. 52,71, 222.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A, 2009. P. 42.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**, 15ª ed. São Paulo: EditoraAtlas S.A.,2009.

MARTINS, Orleans Silva; BRASIL, Antônio Marcos. **A contabilidade internacional e a convergência às normas internacionais de contabilidade do IASB**. 2008. Disponível em :<<http://www.classecontabil.com.br/artigos/a-contabilidade-internacional-e-a-convergencia-as-normas-internacionais-de-contabilidade-do-iasb>>. Acesso em 18 ago. 2015.

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A. Perfil. Disponível em: <<http://www.mrv.com.br/institucional>>. Acesso em 31 out. 2015.

NIYAMA, Jorge katsumi. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, p. 15-40, 2006.

NIYAMA, J.K. Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas, 2008.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. ?ed. rev. ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, ANO. Disponível em: <http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_monografias.pdf>. Acesso em: 31 out. 2015.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 37-R. Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=68>>. Acesso em 9 abr. 2015.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Construção Civil**. Brasil. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/previdencia/ConstrCivil.htm>>. Acesso em 18 Set. 2015.

ROSSI RESIDENCIAL S.A. **Perfil**. Disponível em: <<http://www.rossiresidencial.com.br/institucional/sobre-a-rossi>> . [Acesso em 31 out 2015.](#)

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do início da harmonização contábil internacional (lei 11.638/07) nos resultados de 2008 das empresas brasileiras abertas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS, 16,. Anais...Ceará. Ceará, 2009.

Santos, Edilene Santana; Ponte, Vera Maria Rodrigues; Mapurunga, Patrícia Vasconcelos Rocha. **Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2010): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos**. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 25, n. 65, p. 161-176, maio/jun./jul./ago. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/85359/88188>>. Acesso em 20 maio 2015.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**: Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações, Teses. São Paulo: Ed. Atlas, 2003, p.59.

SUMÁRIO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 37, 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=68>>. Acesso em 9 abr. 2015.

Szuster, Natan; Cardoso, Ricardo Lopes; RechtmanSzuster, Fortunãce.
Contabilidade Geral - Introdução À Contabilidade Societária. 4ª Ed. Atlas. 2013.
P. 61.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **A importância da harmonização das normas contábeis para o aumento da transparência na evidenciação das demonstrações contábeis consolidadas aos usuários internacionais.** Disponível em:<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/arquivos_artigos/artigos/227/20080805123016.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2015.